

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO



OUTUBRO/DEZEMBRO-2001

226

FGV Fundação Getúlio Vargas

Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 — Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo e de transporte aos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.	431
Decreto nº 4.028, de 22 de novembro de 2001 — Dá nova redação ao § 4º do art. 10 do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, que regulamenta a execução do programa de Recuperação Fiscal — REFIS.	432
Decreto nº 4.063, de 26 de dezembro de 2001 — Dá nova redação ao art. 9º do Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001 que dispõe sobre a concessão de ajuda de custo e transporte aos servidores públicos civis da União, das autarquias, e das fundações públicas federais e dá outras providências.	433
Decreto nº 4.064, de 26 de dezembro de 2001 — Dá nova redação ao § 4º do art. 10 do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, que regulamenta a execução do programa de Recuperação Fiscal — REFIS.	433
Índice Analítico	435

- Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001** — Dispõe sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras. 409
- Decreto nº 3.949, de 3 de outubro de 2001** — Regulamenta a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção no domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação UniversidadeEmpresa para o Apoio à Inovação. 410
- Decreto nº 3.979, de 23 de outubro de 2001** — Prorroga por mais trinta dias a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras, conforme o disposto na Medida Provisória nº 2, de 24 de setembro de 2001, e dá outras providências. 412
- Decreto de 24 de outubro de 2001** — Dispõe sobre a substituição de Ministros de Estado em suas ausências do território nacional, nos seus afastamentos ou em outros impedimentos legais ou regulamentares. 412
- Decreto nº 3.995, de 31 de outubro de 2001** — Altera e acresce dispositivos à Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários, nas matérias reservadas a decreto. 413
- Decreto nº 3.996, de 31 de outubro de 2001** — Dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal. 415
- Decreto nº 3.997, de 1º de novembro de 2001** — Define o órgão gestor do Fundo de combate e Erradicação da Pobreza, regulamenta a composição e o funcionamento de seu Conselho Consultivo e de Acompanhamento, e dá outras providências. 416
- Decreto nº 3.998, de 5 de novembro de 2001** — Regulamenta, para o Exército, a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas, e dá outras providências. 417
- Decreto nº 3.999, de 5 de novembro de 2001** — Acresce parágrafo único ao art. 1º do Decreto nº 3.962, de 10 de outubro de 2001, que dispõe sobre liberação de recursos para pagamento dos servidores públicos federais, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. 429
- Decreto nº 4.003, de 8 de novembro de 2001** — Dá nova redação aos arts. 2º e 3º do Decreto nº 2.774, de 9 de setembro de 1998, que dispõe sobre a composição do Conselho de Gestão da Previdência Complementar e dá outras providências. 430

SUMÁRIO

Doutrina

Improbidade administrativa como forma de corrupção — CAIO TÁCITO	1
Nova regulamentação do trabalho temporário e da terceirização de serviços — ARNALDO SÜSSEKIND	5
Ulisses, as sereias e o poder constituinte derivado — LUÍS VIRGÍLIO AFONSO DA SILVA	11
Uso da máquina estatal para fins eleitorais pelos agentes públicos — CLÁUDIA CAVALARI e EDUARDO FORTUNATO BIM	33
Classificação dos atos administrativos inválidos no Direito Administrativo Brasileiro — VLADIMIR DA ROCHA FRANÇA	59
A Agência Nacional de Telecomunicações — VIDALDO SILVINO DA COSTA FILHO	81
As despesas com o pessoal. Lei Complementar nº 101/2000 — LIVIA MARIA ARMENTANO KOENIGSTEIN ZAGO	119
Desagregação e compartilhamento do uso de rede de telecomunicações — PEDRO DUTRA	139
O supremo Tribunal Federal e a disciplina da eficácia das Medidas Provisórias não convertidas — EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	167
Processo administrativo e controle — ALICE GONZALEZ BORGES	179
A ordem econômica constitucional e os limites à atuação estatal no controle de preços — LUÍS ROBERTO BARROSO	187
Corrupção e democracia — MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO	213
Agências reguladoras e proteção do consumidor de serviços de telecomunicações — OTHON MORENO DE MEDEIROS ALVES	219
O princípio constitucional da eficiência na Administração Pública — JULIANO HENRIQUE DA CRUZ CERREIJO	231
Reflexões sobre a função reguladora das agências estatais — RENATA PORTO ADRI DE ROSA	243

O princípio da eficiência na Administração Pública — ROSIMEIRE VENTURA LEITE	251
A globalização e o Direito Administrativo — DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO	265
Silêncio. Inadimplemento no processo administrativo brasileiro — GEORGHIO ALESSANDRO TOMELIN	281
Jurisprudência dos Tribunais	
Recursos orçamentários — Poder Executivo — Discricionariedade (TRF-4ª-R)	293
Empresa para-estatal — Ação parcial — Honorários — (TJERJ)	297
Ação de Inconstitucionalidade — Lei revogada — Extinção da Ação (STF)	305
Pareceres	
Áreas portuárias — Arrendamento — Licitação — ALICE GONZALEZ BORGES	309
Distribuidora de energia elétrica — Racionamento — Equilíbrio econômico-financeiro — ARNOLDO WALD	315
Previdência privada — Entidade fechada — Intervenção — SERGIO DE ANDRÉA FERREIRA	335
Ordem Pública — Prescrição — Direito Comparado — JACOB DOLINGER	352
Depósito bancário — Recurso privado — Ação judicial — CAIO TÁCITO	366
Contrato administrativo — Aditivo — Valor — EURICO DE ANDRADE AZEVEDO e MARIA LUCIA MAZZEI DE ALENCAR	368
Direito Constitucional para o Ensino Universitário — IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	381
Tribunal de Contas da União	
Conselho Profissional — Prestação de Contas — Constituição Federal (TCU)	397
Legislação	
Lei nº 10.306, de 8 de novembro de 2001 — Altera a redação do art. 3º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para isentar de Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira — CPMF os beneficiários de privilégios e imunidades diplomáticas e consulares.	409